

Bancadas devem indicar membros para CPI

Ainda não está definida forma como a comissão será composta. As vagas são cinco, mas a Câmara tem oito bancadas

■ Márcio Reinheimer
marcio@jomalibia.com.br

Nos próximos dias, os partidos com assento na Câmara terão de indicar quem vai representá-los na CPI do Meio Ambiente. A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito foi aprovada durante a sessão da última quarta-feira por cinco votos a três e uma abstenção. As atenções se voltam, agora, para a formação do grupo de trabalho.

De acordo com o secretário geral da Câmara, André Susin, o presidente Carlos Einar de Mello (PSB) deve encaminhar o ofício pedindo as indicações das bancadas nos próximos dias e estabelecer um prazo para

de partidos diferentes.

Até o ano passado, a tarefa era simples, já que havia exatamente cinco siglas na Câmara. Hoje são oito. Caso todas queiram participar, será preciso definir um critério para determinar os contemplados. Susin explica que este assunto ainda não foi discutido.

Enquanto o processo não deslança, o vereador Márcio Müller (SD) reforça seu pedido para a elaboração de um parecer jurídico sobre o requerimento que deu origem à CPI do Meio Ambiente. Semana passada,



ele tentou barrar a votação até que o documento com a análise fosse produzido, mas o presidente Carlos Einar não cedeu ao apelo. Por outro lado, admitiu a elaboração do parecer, que será apresentado sem prejuízo ao andamento dos trabalhos da comissão. O estudo será feito pelo advogado Vinicius Kirsten, consultor jurídico da Câmara.

res do pedido querem explicações sobre a forma como ocorreu a dissolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, em novembro do ano passado. Isso pode ser feito por meio de um simples pedido de Informações”, alega Müller. “Além disso, afirmam que a Administração Municipal desrespeitou uma recomendação do Ministério Público e emitiu licenças ambientais enquanto o órgão não estava funcionando. Contudo, não apresentaram nenhuma evidência de que isso ocorreu”, acrescenta.

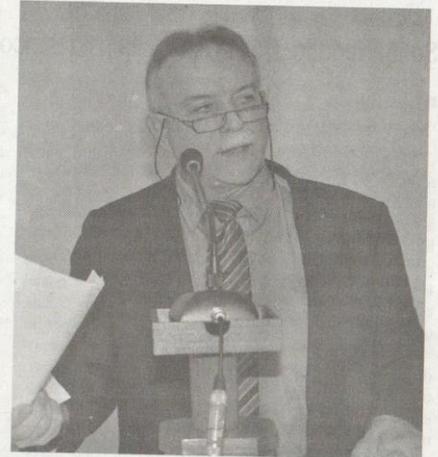


MÁRCIO Müller (SD) diz que a CPI não tem motivações razoáveis

CPI do Meio Ambiente, assinado pelos colegas Renato Kranz (PTB), Marcos Gehlen (PT), Gustavo Zanatta (PP) e Ari Müller (PDT), não resiste a uma análise mais detida. “Quando propus, junto com outros vereadores, as CPIs do Lixo e do Videomonitoramento, havia, antes da instalação, fartas provas de irregularidades. Agora não. O que existe é justamente o contrário: documentos atestando que a legislação foi respeitada”, compara.

jurídico, Márcio anexou documentos obtidos no Ministério Público, onde já existe um inquérito investigando a destituição dos antigos membros do Comdema. “Não foi encontrada nenhuma irregularidade contra a Administração”, assegura.

Para o vereador, através da CPI, a bancada de oposição visa unicamente desgastar o governo perante a opinião pública, de olho nas eleições de outubro. “Estão querendo holofotes”, ataca.



RENATO Kranz, um dos autores do requerimento da CPI, defende inquérito

(PTB), um dos autores do requerimento que deu origem à CPI, reage à postura do colega Márcio Müller. “Se está tudo certo, por que estão preocupados?”, questiona. “O próprio prefeito disse que não teme a investigação”, recorda.

Kranz disse que analisou o documentos anexados ao processo pelo vereador Márcio Müller e ficou intrigado. “São páginas sem cabeçalho e sem qualquer assinatura atestando que foram produzidas pelo MP. Até parece que foram retiradas de dentro de algum processo”,

gem dos mesmos. “Dependendo do que for constatado, podemos ter aí um caso de quebra do decoro parlamentar. Retirar documentos de dentro de um processo é crime”, alerta.

Ainda que o Ministério Público informasse que não houve irregularidades, a CPI não perderia importância, segundo Renato. “A Câmara é um poder independente, que tem de fiscalizar. E se encontrar irregularidades, o MP não é o único destinatário. Tem também o Tribunal de Contas e a Polícia Federal”, conclui.